

MAIS PODER PARA A DEFENSORIA PÚBLICA

Possibilidade de melhorar as condições nos presídios...

... ou invasão da competência do Ministério Público?

Página 7



Carlos Weis, Décio Gomes, Marco Maciel, José Reinaldo Carneiro, Sérgio Shecaira e padre Valdir Silveira durante a audiência sobre as competências da Defensoria Pública

Reflexões dos senadores sobre desafios da educação

O Dia do Professor foi lembrado ontem, no Plenário do Senado, como uma data de luta para que as 200 mil escolas e os 2,5 milhões de professores obtenham a qualidade e a valorização necessárias. **4 e 5**

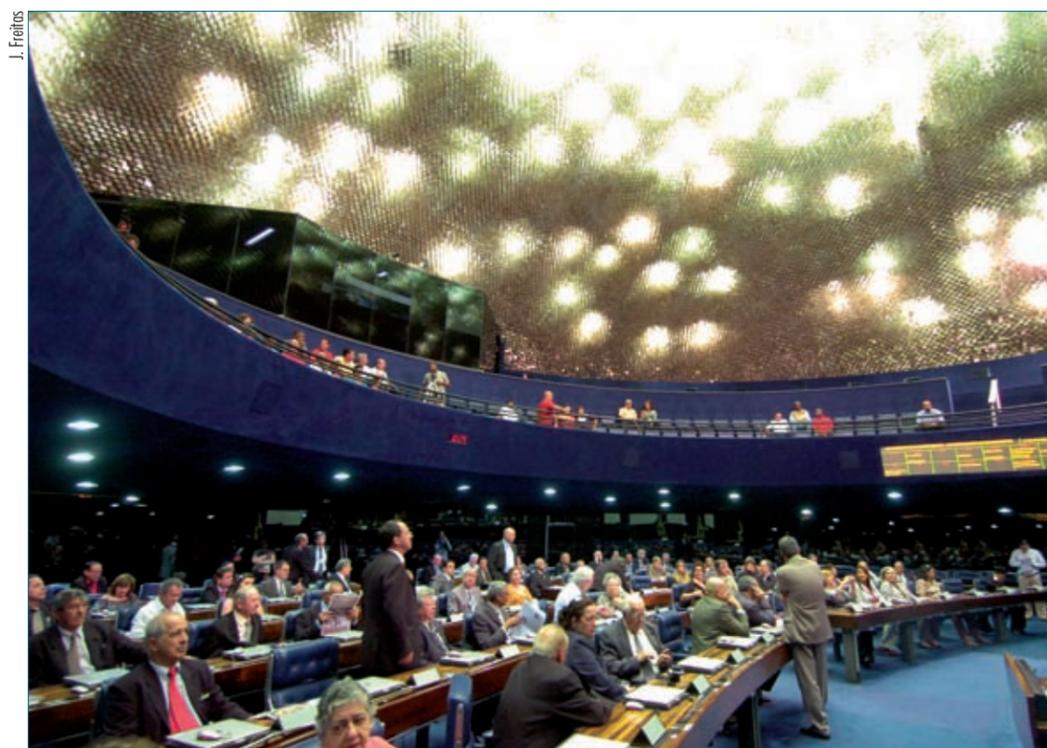
Mais recursos para educação podem ser votados logo

Líder do governo no Congresso, Ideli Salvatti anunciou que está trabalhando em favor de um acordo que permita a aprovação, ainda este mês, da PEC que livra a educação da retenção de 20% das verbas vinculadas. **4 e 5**

No Dia do Idoso, Congresso cobra resgate dos direitos

Fim do fator previdenciário, reajustes das aposentadorias proporcionais aos do salário mínimo e exclusão da Seguridade Social da regra da Desvinculação de Receitas da União (DRU) foram reivindicados de diversos parlamentares na sessão em que o Congresso comemorou

o Dia do Idoso (1º de outubro). “Se os líderes não querem colocar a matéria em votação e pensam que nós estamos cansados, eles estão muito enganados”, disse Warley Martins, representante dos aposentados, referindo-se ao reajuste proporcional ao mínimo. **8**



Participantes da sessão de homenagem destacam avanços na legislação, mas reconhecem que ainda há muito o que fazer

Brasileiro gosta de ler, mostram experiências

No segundo dia de seminário da Comissão de Educação, foram apresentadas experiências bem-sucedidas de incentivo à leitura. E os resultados são extremamente positivos, segundo os participantes. **6**

Representante da ONU quer Bolsa Família mais acessível

Relator especial da ONU para o Direito à Alimentação, Olivier De Schutter interessou-se por proposta do Senado que eleva a alimentação a *status* de direito fundamental e fez restrições ao programa Bolsa Família. **3**

Senador critica conclusão de que assentados da reforma agrária "não produzem o suficiente para sobreviver"

Suplicy contesta pesquisa sobre assentamentos

OS RESULTADOS DA pesquisa feita pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e pelo Ibope sobre a produção em assentamentos da reforma agrária foram questionados por Eduardo Suplicy (PT-SP). De acordo com a pesquisa, lembrou o senador, os assentamentos "não produzem o suficiente para sobreviver e não têm acesso aos programas de crédito do governo".

Suplicy citou análise do Ministério do Desenvolvimento Agrário segundo a qual a pesquisa "apresenta desvios em sua confecção e análise" por ter sido realizada em apenas nove assentamentos da reforma agrária, abrangendo mil famílias, o que não representaria a realidade dos assentamentos brasileiros.

O senador disse que o debate sobre o tema deve ser aprofundado e aproveitou para sugerir a constituição de um grupo de senadores para visitar alguns assentamentos pelo país.

Eduardo Suplicy também citou dados do Censo Agropecuário



Suplicy sugere visita de grupo de senadores a alguns assentamentos

cuário 2006, elaborado pelo IBGE, os quais indicam que a concentração na distribuição de terras no Brasil permaneceu praticamente inalterada nos últimos 20 anos. Ainda segundo o censo, os estabelecimentos agropecuários com mais de mil hectares ocupam, em média, 44% da área total no país, enquanto aqueles com menos de dez hectares ocupam apenas 2,4% da área total.

Em aparte, João Pedro (PT-AM) assegurou que muitos assentamentos brasileiros são produtivos.

Guido Mantega chegou a anunciar uma tentativa de "empréstimo compulsório disfarçado", aponta senador

Heráclito critica ministro por atraso na restituição do IR

O ATRASO DA restituição do Imposto de Renda Pessoa Física foi criticado por Heráclito Fortes (DEM-PI). O senador disse que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, "antes de voltar atrás", chegou a anunciar que parte das devoluções somente seria paga no ano que vem, com a justificativa de recompor o caixa do governo.

– O ministro não poderia, em primeiro lugar, instituir um verdadeiro empréstimo compulsório disfarçado, a pretexto de adiar o pagamento das restituições. Para tanto, seria necessário aprovar lei complementar, com maioria qualificada do Congresso, o que jamais teria. Segundo o site Contas Abertas, entre outubro de 2008 e setembro de 2009, 12 meses de crise aberta, os gastos com pessoal aumentaram 20%, passando de R\$ 135 bilhões para R\$ 162 bilhões. Perto desses R\$ 27 bilhões de diferença, o que seria R\$ 1,5 bilhão ou R\$ 2 bilhões que faltam para o governo restituir o que deve aos contribuintes? Já os investi-



"O Congresso obrigou Mantega a retroceder", afirma Heráclito

mentos cresceram apenas 13%, ou seja, de R\$ 25,3 bilhões para R\$ 29 bilhões – afirmou.

Para Heráclito, Mantega tomou a decisão de segurar as restituições "porque não se importa com a classe média, que já entendeu que a administração à qual ele serve não é confiável". O senador lembrou que a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou requerimento de Arthur Virgílio (PSDB-AM) para que Mantega e o secretário da Receita Federal, Otacílio Cartazo, expliquem no Senado "toda essa confusão".

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário realiza sessão não deliberativa

A sessão plenária, às 9h, é não deliberativa e destina-se a pronunciamentos de senadores. Entre os oradores inscritos estão Marina Silva (PV-AC) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Diretor de Comunicação contesta dados

O diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs), Fernando Cesar Mesquita, enviou ao colunista Cláudio Humberto nota sobre o desempenho legislativo do Senado Federal de fevereiro até meados de outubro deste ano.

Em sua coluna publicada ontem, Cláudio Humberto afirma que o Senado aprovou em 2009 apenas 81 projetos e proposições, o que significaria a metade das matérias apreciadas pela Câmara dos Deputados. Na verdade, o Senado Federal aprovou 486 proposições, já excetuadas propostas de concessão de serviços de telecomunicação, requerimentos e matérias rejeitadas.

Segue a nota na íntegra:

"Levantamento efetuado pela Secretaria-Geral da Mesa, fechado nesta quinta-feira, dia 15, indica que o Senado Federal aprovou, de 2 de fevereiro até 14 de outubro do corrente ano, um total de 486 matérias, assim distribuídas: 186 projetos de lei do Senado (21 em Plenário e 165 em decisões terminativas nas comissões), 91 projetos de lei oriundos da Câmara dos Deputados (57 em Plenário e 34 em decisões terminativas nas comissões), 17 medidas provisórias, duas propostas de emenda à Constituição, 84 projetos de decreto legislativo, 35 projetos de resolução e 71 nomes de autoridades e embaixadores.

Não estão incluídos nos números as concessões de serviços de telecomunicações, requerimentos e matérias rejeitadas.

Portanto, só para ficar em uma informação específica, se os números referentes à Câmara apresentados em sua coluna são precisos, então o Senado Federal teve desempenho superior àquela Casa, principalmente se forem somados projetos e resoluções, entre outras matérias.

Lembramos ainda que o Senado Federal é constituído de 81 parlamentares e de 11 comissões permanentes. A Câmara, por sua vez, tem 512 deputados e 20 comissões permanentes.

Continue a contar jornalisticamente com a colaboração da Secs."

Senadores debatem funcionamento de aeroporto no Piauí

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heráclito Fortes (DEM-PI) voltaram a debater ontem, em Plenário, questões relacionadas ao governo do Piauí. O embate se acirrou na semana passada, quando discutiram as obras do aeroporto internacional de São Raimundo Nonato (PI) e o estabelecimento ou não de um voo diário entre Teresina, São Raimundo Nonato e Petrolina (PE).

Suplicy apresentou documentos enviados pela empresa Esaero Soluções Aeronáuticas, afirmando que a companhia é registrada, tem sede no Recife e que "as obras do aeroporto estão em dia".

Heráclito contestou as informações e exibiu uma fotografia da suposta sede da empresa no Recife, que, segundo ele, é apenas um estacionamento. Heráclito lamentou que o colega de

São Paulo "defenda o governo do Piauí com informações que não são verdadeiras".

– Vossa excelência anunciou um voo direto de Teresina para São Raimundo Nonato, de São Raimundo Nonato para Petrolina. Esse voo é mentira, não existe, nunca existiu. Vossa excelência citou o nome de uma empresa que não existe. Cadê a moralidade administrativa que vossa excelência prega e

que engana os paulistas? Vossa excelência quer ser moralista para São Paulo e quer que o Piauí vire de cabeça para baixo? Paciência! – rebateu Heráclito.

Logo depois, Suplicy reclamou que Heráclito não o estaria tratando com o devido respeito e disse que vai averiguar os documentos e argumentos apresentados pelo colega piauiense.

Mão Santa: carta enumera "mentiras" do governador

Mão Santa (PSC-PI) leu ontem, em Plenário, carta aberta, intitulada "Dias de Mentira", encaminhada ao governador do Piauí, Wellington Dias, pelos religiosos da Paróquia São Francisco de Assis, da cidade de São Francisco (PI). No documento, os religiosos enumeram ações anunciadas pelo governador que, no entanto, não foram executadas.

Na relação, ressaltou o senador, consta a afirmação de que o governo estadual está investindo cerca de R\$ 23 milhões na construção de açudes para o abastecimento da cidade, o que, ainda segundo os religiosos, não é verdade. No texto, os padres informam que a paróquia instalou 16 pontos de distribuição de água proveniente da represa de Pedra Redonda para amenizar o problema na cidade. Essa tarefa, observou Mão Santa, é atribuição do governo.

O senador apontou a inauguração de casas populares sem instalação de energia elétrica e de água, também em São Francisco. E pediu ao presidente Lula atenção às demandas da cidade.

Flexa Ribeiro aponta despreparo de Ana Júlia

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou ontem "o despreparo e a incapacidade gerencial" demonstrados pela governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, em entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, na última segunda-feira. A entrevista, disse o senador, era a chance de a governadora mostrar ações concretas da sua administração.

– A governadora, em todas as respostas, mostrou que ainda não desceu do palanque, ou que está de má fé, ou, ainda, que não está sendo informada com a verdade por sua assessoria – disse.

Flexa Ribeiro assinalou que Ana Júlia Carepa não entende de gestão pública, ressaltando que o sistema de saúde do Pará está falido.

– Há dois anos, nove meses e 16 dias os paraenses têm apenas uma placa dizendo: "Aqui tem governo do Pará" na obra inexistente do Hospital Oncológico Infantil – acusou. Segundo Flexa Ribeiro, o ex-governador Simão Jatene deixou recursos suficientes para a construção do hospital.

Marisa homenageia padre Ernesto Sassida

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) saudou em Plenário o padre salesiano Ernesto Sassida, de Corumbá (MS), pelos seus 90 anos, comemorados ontem. Informou que, entre outras homenagens, foi lançada a biografia do religioso, em que se destaca, além da vida sacerdotal em Goiás e em Mato Grosso, a fundação da Cidade de Dom Bosco, em Corumbá, entidade que atende de forma gratuita cerca de 2 mil alunos dos ensinos fundamental, secundário e profissional.

Para a senadora, padre Ernesto "é um grande benfeitor de Mato Grosso e do Brasil" porque, além de "pregar o evangelho, dedicou-se a um trabalho social intenso", sempre procurando atender famílias carentes.

Ernesto Sassida nasceu em Dornberg, então território italiano (hoje, área da Eslovênia), veio para o Brasil aos 15 anos de idade e logo entrou para a Congregação Salesiana, tornando-se um discípulo de Dom Bosco, conforme Marisa Serrano. Ordenou-se padre em São Paulo, em 1946.

Relator especial Olivier De Schutter afirma que Brasil é referência em combate à fome, mas manifesta preocupação com perenidade de programas sociais

João Araújo



Sarney com parlamentares do Parlasul, Irís de Araújo, Germano Bonow e Mercadante

Parlasul planeja realização no Senado de última sessão do ano

O presidente do Senado, José Sarney, discutiu ontem com integrantes da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) a realização em Brasília da última sessão do ano dessa instituição parlamentar. Participaram do encontro o presidente da representação, deputado José Paulo Tóffano (PV-SP), o vice-presidente, Aloizio Mercadante (PT-SP), e outros membros da representação.

O Senado brasileiro, a exemplo do que já foi feito na Argentina e no Paraguai, vai sediar as reuniões do Parlasul nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro. De acordo com o planejado, no dia 30, à tarde, se reunirão no Senado as comissões permanentes do Parlasul. No dia 1º, pela manhã, os integrantes da instituição se reunirão no plenário do Senado.

De acordo com Sérgio Zambiasi (PTB-RS), esse encontro reunirá 18 pessoas por dele-

gação, além do embaixador de cada país integrante do Mercosul. No encontro com Sarney, Zambiasi destacou a importância desse evento, num plenário onde, em 2006, foi constituído o Parlasul.

Ele também sublinhou o significado de obter da mídia a compreensão da importância do Mercosul e o papel que o Parlasul desempenha na integração dos países do bloco. "Por isso é tão importante fazermos a última reunião do ano aqui", acrescentou Zambiasi.

No encontro, Mercadante explicou que o Parlasul se reúne periodicamente em sua sede, em Montevideu (Uruguai), mas que é importante realizar essa última sessão anual no Senado brasileiro, com todos os parlamentares do Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil, além dos observadores da Venezuela, Chile e Bolívia, que acompanham essas reuniões.

Representante da ONU quer Bolsa Família mais acessível

O RELATOR ESPECIAL da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Alimentação, Olivier De Schutter, que está no Brasil para acompanhar as iniciativas destinadas a garantir alimentação adequada a todos os cidadãos, visitou ontem o Senado. Ele se mostrou especialmente interessado na Proposta de Emenda à Constituição 47/03, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que eleva a alimentação ao status de direito fundamental.

De Schutter afirmou que o Brasil é referência mundial no combate à fome, mas fez restrições ao programa Bolsa Família, por considerá-lo de difícil acesso a alguns segmentos da sociedade, como o dos analfabetos. Outra preocupação apresentada foi a necessidade

de garantir a perenidade desses programas, com efetivas e consolidadas políticas públicas.

Olivier De Schutter também se mostrou preocupado com denúncias de negligência brasileira na proteção do meio ambiente. Ouvia do presidente do Senado, José Sarney, que o Brasil deve ser o único país do mundo que tem a legislação ambiental consagrada no texto constitucional.

De acordo com Sarney, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva promoveu grandes avanços na distribuição de renda no Brasil porque encontrou um cenário econômico favorável. Desde 1985, disse o senador, o país se preocupa em reduzir suas desigualdades econômicas, sendo que essa discussão faz parte da pauta permanente do

Parlamento, que transcende ideologias políticas.

– Tenha a certeza de que todos os partidos se preocupam com isso e de que o Brasil está coeso nessa direção. Sem inclusão dos mais pobres, especialmente na questão da alimentação, não teremos um desenvolvimento que nos satisfaça – afirmou.

O representante da ONU também ouviu de Sarney críticas ao protecionismo praticado pelos países ricos. Para o senador, esse é um entrave ao desenvolvimento das nações mais pobres.

As informações coletadas pelo representante da ONU durante a visita ao Brasil constarão de um relatório de recomendações que ele entregará ao Conselho de Direitos Humanos, em Genebra, na Suíça.

João Araújo



De Schutter (E), com Sarney e Roberto Cavalcanti, questiona sobre denúncias de negligência do país com o meio ambiente

Aprovados embaixadores para Etiópia e São Vicente e Granadinas

A participação de empresas brasileiras em grandes obras públicas de infraestrutura será estimulada pelos novos embaixadores na Etiópia e em São Vicente e Granadinas, cujas indicações receberam ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). As mensagens presidenciais contendo as indicações dos embaixadores serão ainda examinadas pelo Plenário.

Indicada para a embaixada brasileira em Adis Abeba, na Etiópia, a ministra de segunda classe Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert defendeu a participação de empresas brasileiras em licitações internacionais promovidas pelo governo etíope para obras como rodovias, sistemas de abastecimento de água e postos de saúde. As obras,

como informou, são promovidas com recursos do Banco Mundial.

– Esse é um campo promissor nas relações bilaterais – disse Isabel.

África

A embaixadora ressaltou ainda a possibilidade de prestação, pelo governo brasileiro, de cooperação técnica, especialmente nas áreas de agricultura – responsável por metade do produto interno bruto (PIB) etíope – e de saúde. Ela lembrou ainda que fica em Adis Abeba a sede da Organização da Unidade Africana (OUA), que classificou como uma "caixa de ressonância" para todo o continente.

– A União Africana tem adotado um modelo cada vez mais próximo ao da União Europeia, estabelecendo diretri-

zes econômicas para todo o continente – observou.

Isabel informou ainda que pretende trabalhar pela promoção da língua portuguesa na OUA, em que é uma das línguas oficiais – apesar de ainda não ser um idioma de trabalho na organização. A mensagem de indicação da embaixadora teve como relator o senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

Caribe

Renato Xavier, indicado para exercer o cargo de embaixador junto a São Vicente e Granadinas, arquipélago de 120 mil habitantes localizado no Caribe, também defendeu a participação de empresas brasileiras em obras públicas no país. A principal obra em andamento ali, segundo informou, é a constru-

ção de um aeroporto internacional, que já conta com a participação de empresas de Cuba e da Venezuela. De acordo com o embaixador, o primeiro-ministro daquele país, Ralph Gonsalves, de família portuguesa, teria interesse em atrair empresas brasileiras.

Xavier observou que ainda existe um "vazio diplomático" em algumas áreas do Caribe e defendeu a promoção de um trabalho conjunto dos embaixadores brasileiros na área da Comunidade do Caribe, que, como recordou, conta com quase 9% dos votos na Organização das Nações Unidas e uma população conjunta de 14 milhões de habitantes.

A votação da indicação de Renato Xavier foi igualmente relatada por Heráclito Fortes.

José Cruz



Mesquita Júnior entre os indicados para a Etiópia, Isabel Heyvaert, e para São Vicente, Renato Xavier

José Cruz



Senadores Mozarildo Cavalcanti (E), Heráclito Fortes, Eduardo Suplicy e João Pedro na CRE

Ideli: acordo dará mais dinheiro para educação

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), líder do governo no Congresso, anunciou ontem que está trabalhando em favor de um acordo que leve à aprovação, em Plenário, da proposta de emenda à Constituição que acaba com a Desvinculação de Receitas da União para a educação

(PEC 96-A/03), aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A ideia, disse, é concluir a tramitação ainda em outubro, mês dos professores.

Essa celeridade será possível, segundo a senadora, porque a aprovação na CCJ foi rápida, sem pedido de

vista ou a e por unar o fato de, matéria, a passar a se a inclusão médio. A r senadora

Professores são homenageados em Plenário

Sessão requerida por Cristovam Buarque (PDT-DF) e Marisa Serrano (PSDB-MS) homenageou ontem o Dia do Professor. Os dois senadores, juntamente com Mão Santa (PSC-PI), compuseram a Mesa. No início da sessão, a pianista Ana Amélia Gomide tocou o Hino Nacional, acompanhada pelo Coral do Senado. Cristovam abriu a homenagem citando os educadores Gustavo Capanema, que foi ministro da Educação (1934-45) e criou um sistema nacional de educação unificado; Anísio Teixeira, "que buscou a qualidade nas escolas"; João Calmon, "que em três mandatos como senador promoveu uma revolução no financiamento da educação de base"; Paulo Freire, que dedicou sua vida à erradicação do analfabetismo; e Darcy Ribeiro, que, quando senador, propôs a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Fotos: Waldemir Rodrigues



CRISTOVAM BUARQUE

Senador defende a federalização da educação, plano de carreira para o magistério e ensino integral

Data deve ser considerada um dia de luta

O Dia do Professor, segundo Cristovam Buarque (PDT-DF), deve ser comemorado como um dia de luta para que as 200 mil escolas e os 2,5 milhões de professores do país obtenham a qualidade e a valorização necessárias a uma revolução educacional.

O senador admitiu, no entanto, que essa revolução só acontecerá se for assumida como prioridade pelos governantes. Para ele, somente um professor bem re-

munerado e motivado, em uma escola com ensino integral, poderá realizar um trabalho educacional de qualidade. Cristovam defendeu a federalização da educação, com padrão de qualidade idêntico para todas as escolas, e plano nacional de carreira para o magistério. Ele enalteceu ainda as iniciativas da sociedade, mencionando exemplos como bibliotecas itinerantes. O parlamentar apelou também por uma educação inclusiva.



MARISA SERRANO

"A política de valorização do professor deve ser encarada como prioridade máxima no país"

Defesa da valorização do professor

"A política de valorização do professor deve ser encarada como prioridade máxima no país." Ao fazer essa afirmação, Marisa Serrano (PSDB-MS) opinou que de pouco adianta direcionar investimentos e gastos públicos em obras físicas nas escolas se não houver um projeto de fortalecimento da educação pela via da valorização das carreiras do magistério.

Na avaliação da senadora, que

é professora aposentada, o Brasil deve deixar claro para a sociedade que ser professor é a profissão do futuro. Para isso, as esferas de governo devem investir no saber, na consciência crítica, na valorização da ética, no conhecimento diversificado, nas pesquisas científicas, no enaltecimento das liberdades democráticas e no fortalecimento da comunidade.

– Tudo isso se faz com professor valorizado – disse Marisa.



Docentes ganham me

Eduardo Suplicy (PT-SP) citou estudo do economista Antônio Luiz Monteiro demonstrando que os professores no século 21 têm remuneração inferior ao que recebiam os professores do século 19, no Brasil imperial. Para Suplicy, apesar de a educação ser o tema central nas falas dos palanques dos candidatos, o principal ator para o sucesso da educação, o professor, não tem o prestígio social e político que merece.



ALOIZIO MERCADANTE

"Deficiências na educação vêm sendo atacadas de frente por programas do governo Lula"

Analfabetismo é problema grave no país

Na educação está o problema estrutural mais grave do Brasil, afirmou Aloizio Mercadante (PT-SP). Segundo o senador, as deficiências no setor vêm sendo atacadas de frente pelo governo Lula.

Ele lembrou vários programas federais para a educação, entre eles a instalação de universidades federais em cidades periféricas das grandes capitais, e lamentou que existam no país 14,2 milhões de pessoas com mais de 15 anos ainda

analfabetas.

Mercadante disse ser necessário "resgatar a dignidade dos professores" e considerou "um excelente passo" nessa direção a aprovação, pelo Congresso, da lei que institui o piso salarial nacional de R\$ 950 para esses profissionais. O senador lamentou que alguns estados tenham recorrido ao Supremo Tribunal Federal para não pagá-lo. O STF manteve o piso até o julgamento do mérito da ação.



FÁTIMA CLEIDE

"Milhões de professores sofrem com o descaso e a indiferença, transformados em elogios em um dia"

Críticas a quem não quer pagar o piso

Fátima Cleide (PT-RO) criticou os governadores do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, de Mato Grosso do Sul e do Ceará por terem entrado com ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar a lei que obriga os estados a pagar um piso salarial de R\$ 950 aos professores.

– Milhões de professores no país sofrem com o descaso e a

indiferença, transformados em elogios em um único dia – lamentou, referindo-se à comemoração do Dia do Professor.

Fátima Cleide afirmou que os professores são "atacados" pelos governantes que ignoram suas condições de trabalho. Ela criticou os governos estaduais e municipais por não providenciarem mais salas de aula, levando professores e alunos a sofrerem desgaste ainda maior.



Sacrifício para exerc

A professora Lourdes Leal leciona na Linha Seca, no quilômetro 40, na região de Sena Madureira. A professora Neide ensina na Praia Redonda, no rio Iaco. José Pinheiro Filho é professor na região do Macaúã. As professoras Denise e Nena também. Ao celebrar o Dia do Professor, Mesquita Júnior (PMDB-AC) homenageou esses professores anônimos do Acre que enfrentam toda sorte de dificuldades para exercer sua

apresentação de emendas, imidade. Ela comemorou a partir da aprovação da obrigatoriedade do ensino de quatro a 17 anos, com da pré-escola e do ensino relatora da proposição foi a Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Atualmente, por meio da DRU, 20% do Orçamento da União para a área de educação podem ser destinados para outros fins. A PEC estabelece o fim dessa redução em 2011. Em 2009 e 2010 já haveria diminuição da DRU, o que deve proporcionar recursos adicionais para a

área de R\$ 4 bilhões e R\$ 7 bilhões, respectivamente.

A declaração foi feita durante reunião de Ideli com integrantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), que vieram apresentar a nova bandeira da entidade: a destinação para a educação de 50% dos

recursos do fundo social que seria criado para aplicar a receita com o petróleo da camada pré-sal. No encontro, aventou-se a possibilidade de a UNE procurar um parlamentar da bancada petista para viabilizar a apresentação de emenda nesse sentido. A senadora também revelou

que os projetos que definem o marco regulatório do pré-sal, que estão na Câmara dos Deputados, podem voltar a tramitar em regime de urgência. Participaram da reunião o presidente da UNE, Augusto Chagas, e o diretor de Comunicação da entidade, André Luiz Costa.



No Senado, professores acompanham a sessão especial. Data de 15 de outubro lembra o dia em que d. Pedro I, em 1827, decretou que vilas, cidades e lugarejos criassem as primeiras escolas primárias do país



EDUARDO SUPLICY

"A remuneração dos professores é, historicamente, o gargalo da política educacional"

Professores que no século 19

– A remuneração dos professores é, historicamente, o gargalo da política educacional – afirmou o senador, para quem o respeito e o reconhecimento por parte da sociedade para a importância do professor deveriam ser traduzidos em condições dignas de salário e de trabalho. Suplicy lamentou o fato de existirem professores que recebem, muitas vezes com atraso, um salário menor do que o salário mínimo vigente.



IDELI SALVATTI

"Todo educador já experimentou um momento mágico, quando o olhar do aluno brilha"

Mulheres são 83% dos professores

Ideli Salvatti (PT-SC) informou que, de acordo com o Ministério da Educação, 83% dos professores no Brasil são mulheres. Por isso, argumentou, pode-se pensar em mudar o nome da data comemorativa para Dia da Professora. A senadora acrescentou que as mulheres atuam "de um jeito diferenciado", porque não conseguem separar a tarefa de educar na sala de aula do seu cotidiano na sociedade, na qual

desempenham "um papel muito especial".

Ideli, que é professora, disse que todo educador já experimentou um "momento mágico", dificilmente vivido por outros profissionais, "quando o olhar do aluno brilha" e o professor percebe que ele apreendeu e "tornou-se dono daquele conhecimento". A senadora ressaltou que os professores precisam ser mais valorizados e respeitados.



MOZARILDO CAVALCANTI

"Temos de buscar a excelência na rede escolar pública. A qualidade deve virar a palavra de ordem"

Qualidade da educação é grande desafio

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) conclamou o país a colocar a qualidade da educação como objetivo principal nos próximos anos. Para ele, o cumprimento desse objetivo passa pelo investimento na formação, na capacitação e na valorização dos professores de todo o país.

O senador assinalou que é preciso começar pelo pagamento de salários melhores e condizentes com a importância do magistério.

Ele disse que isso, além de dar maior motivação para os atuais educadores, incentiva o ingresso dos melhores talentos para o exercício da profissão.

– Temos de buscar, e não podemos demorar muito nesse processo, a excelência na rede escolar pública de nosso país. A qualidade na educação deve virar a palavra de ordem deste, do próximo e dos futuros governos – conclamou Mozarildo.



MESQUITA JÚNIOR

"Professores precisam tirar dinheiro do bolso para que alunos possam ter alguma merenda"

Professores e a profissão

Segundo Mesquita Júnior, os professores citados muitas vezes precisam tirar dinheiro do próprio bolso para que seus alunos possam ter alguma merenda. Eles andam horas para chegar à escola ou percorrem quilômetros em barcos com precárias condições de segurança. "A vida de professor dos municípios do interior do Brasil é repleta de sacrifício", testemunhou o senador.



FLEXA RIBEIRO

"Nível de reconhecimento dos professores é baixo em termos de renda e de reconhecimento"

"Escolas brasileiras estão sucateadas"

As escolas estão sucateadas e sem condições decentes de funcionamento, os professores são mal remunerados e não recebem aperfeiçoamento profissional, e as escolas públicas são vítimas constantes da violência. A descrição foi feita por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para caracterizar o que denominou de "quadro bastante grave do ensino estatal brasileiro".

O senador também lamentou

"o baixo nível de reconhecimento auferido por nossos professores em termos de renda e de condições de trabalho".

Flexa Ribeiro elogiou a forma como o Legislativo tem apoiado o setor educacional. Ele citou a votação, na quarta-feira, do fim da Desvinculação de Receitas da União para a educação. Mas apontou que, ao Executivo, falta "sensibilidade com a educação do brasileiro".



HERÁCLITO FORTES

"A professora primária era uma andajá que servia para nos guiar para o resto da vida"

Noção de civismo e de amor à família

Heráclito Fortes (DEM-PI) prestou homenagem especial às antigas professoras primárias, que há algumas décadas assumiam, por vocação, alunos que iam da primeira à última série do curso primário. Naquela época, segundo o senador, a professora preparava o aluno para o exame de admissão ao ginásio, que hoje é a quinta série do primeiro grau.

– A professora primária era, na vida de cada um de nós, uma

andajá que servia para nos guiar para o resto da vida. Era com a professora primária que nós aprendíamos não só as primeiras letras, o beabá, [mas também] o Hino Nacional, o hino do estado, músicas, sempre nos levando à conclamação cívica. Era a professora primária que nos dava noção de limpeza e higiene, de civismo e, acima de tudo, de amor à família – lembrou o senador pelo Piauí.

Em seminário, representantes de entidades apresentam iniciativas de estímulo à leitura e dizem que, quando se criam oportunidades e condições, as pessoas procuram os livros

Experiências mostram que os brasileiros gostam de ler

EXPERIÊNCIAS BEM-SUCEDIDAS DE incentivo à leitura foram apresentadas no segundo dia do seminário, promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), sobre o Dia Nacional da Leitura. A iniciativa para o evento foi do presidente da CE, Flávio Arns (PSDB-PR), e de Cristovam Buarque (PDT-DF).

A gerente de Cultura da Divisão de Programas Sociais do Serviço Social do Comércio (Sesc), Márcia Leite, contou que a instituição implantou uma biblioteca móvel – a BiblioSesc – com cerca de 3 mil livros, além de jornais e revistas, que circula pelas ruas da periferia das capitais. Desde 2008, informou, já foram feitos mais de 500 mil atendimentos.

Também a Biblioteca Comunitária Ler é Preciso, em Garanhuns (PE), realiza um trabalho itinerante, explicou a coordenadora da entidade, Ana Glória de Moraes. A biblioteca, implantada em 2006 pelo Instituto Ecofuturo, tem acervo de cerca de 5 mil



Bartolomeu de Queirós, Silvana Fcachenco, Marisa Serrano e Áurea Alencar

livros, que são emprestados não só às pessoas, mas também a entidades e escolas, informou. O agendamento de reservas é feito por meio do site Orkut. Ela atribui o sucesso à parceria entre os setores público e privado.

Outra experiência de êxito é a biblioteca instalada em 35 pontos de ônibus de Brasília, de iniciativa de Luiz Amorim, fundador do Açogue Cultural T-Bone, com o patrocínio da Petrobras.

Também apresentaram experiências de sucesso Áurea

Alencar, do Instituto C&A, que falou sobre o programa Prazer em Ler; o diretor operacional da Rede Gasol de Combustíveis, Antônio José Matias de Sousa; a coordenadora de Comunicação da Biblioteca Comunitária Vila das Torres (PR), Silvana Rausis Fcachenco; o escritor mineiro Bartolomeu Campos de Queirós; e o superintendente do Instituto Ecofuturo, Sérgio Alves.

Flávio Arns sugeriu a divulgação dessas experiências para que outras comunidades possam copiá-las.

“Estado precisa investir mais em alfabetização”

O setor privado tem implantado iniciativas para estimular a leitura, enquanto o setor público não desempenha de forma eficiente seu papel de aprimorar a educação, afirmou Cristovam Buarque (PDT-DF), durante o seminário promovido na Comissão de Educação. Para o senador, o Estado deve investir na alfabetização dos cerca de 14 milhões de brasileiros que não sabem ler, além de aprimorar a educação dos 40 milhões que leem, mas não compreendem o texto – os chamados analfabetos funcionais.

A afirmação de que o brasileiro não gosta de ler é um mito, disse Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). Ele contou que experiência de distribuição no Acre de cursos em fascículos sobre Política, História, Sociologia e Filosofia, impressos no Senado, mostrou o interesse da população em aprimorar o conhecimento.

A vice-presidente da CE, Marisa Serrano (PSDB-MS), pediu que relatos sobre as experiências de estímulo à leitura feitas em todo o território brasileiro sejam encaminhados à comissão.

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) defenderam o estímulo à prática de contar histórias como recurso para desenvolver o hábito de leitura entre as crianças.

Também participaram do seminário representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi); da Associação Nacional dos Editores de Revistas; e da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil.



Café da manhã no ILB: cursos oferecidos a 50 mil alunos

ILB comemora o Dia do Professor

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), órgão do Senado Federal, comemorou ontem, com um café da manhã, o Dia do Professor. O evento contou com a presença de professores, diretores do Senado e também do vice-reitor acadêmico da Unilegis, ministro Carlos Fernando Mathias de Souza.

O ILB está em funcionamento há 12 anos. Passaram pelos cursos a distância e presenciais da instituição aproximadamente 50 mil alunos, oriundos do Senado, da Câmara dos Deputados e de outros órgãos conveniados públicos e privados. Os cursos abrangem áreas de conhecimento que se relacionam diretamente com o processo legislativo. Mais informações sobre o ILB podem ser obtidas em www.senado.gov.br/ilb.

João Pedro defende piso de professor

Ao homenagear os professores brasileiros, João Pedro (PT-AM) criticou ontem, Dia do Professor, os governadores dos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de Mato Grosso do Sul e do Ceará por terem recorrido ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a lei que estabelece piso salarial nacional de R\$ 950 para professores do ensino médio.

– É lamentável que, em estados ricos, os governadores se contraponham, na contramão da história, ao piso dos professores. É vergonhoso que esses governadores tenham se colocado contra uma conquista da luta dos professores do Brasil – disse João Pedro, ao acrescentar que espera um desfecho judicial favorável a esses profissionais, bem como que os governadores encontrem uma forma de pagar o piso.



João Pedro

“Santa Catarina tem piso de R\$ 1.020”

Neuto de Conto (PMDB-SC) negou que o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique, tenha entrado na Justiça para não pagar o piso nacional dos professores aprovado pelo Congresso, de R\$ 950. Ele informou que o estado dispõe de legislação própria, aprovada pela assembleia legislativa catarinense, determinando que o valor mínimo a ser pago aos professores é R\$ 1.020.

– Assisti à manifestação do senador João Pedro (PT-AM) na qual ele teceu duras críticas ao governador Luiz Henrique, alegando que Santa Catarina estaria descumprindo o pagamento do piso nacional. A verdade é que Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul entraram com uma ação não contra o piso, mas contra as horas-atividade – afirmou Neuto do Conto.



Neuto de Conto

Valadares: educação gera desenvolvimento

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) prestou homenagem aos professores e professoras, em especial aos de Sergipe.

– Nenhuma nação, nenhum estado, nenhum município, nenhuma sociedade pode prosperar, evoluir, adquirir conceito e respeitabilidade se não tiverem a educação como meta prioritária na realização dos seus sonhos, dos seus projetos, na execução e consolidação de suas ideias. A educação é base, é instrumento não apenas do desenvolvimento econômico, mas também do desenvolvimento social – afirmou.

Na interpretação de Valadares, os países que mais investem em educação, ciência e tecnologia são os que entenderam que o professor “é um instrumento do desenvolvimento” e que conseguem proporcionar às suas populações mais felicidade.



Antônio Carlos Valadares

Rosalba: falta vencer o analfabetismo

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) disse que, embora o Dia do Professor seja a data oportuna para uma reflexão acerca da relevância desse profissional na formação daqueles que descobriram o valor da educação como caminho para a liberdade, o Brasil não pode esquecer que vive uma crise educacional. A senadora assinalou que o país ainda não conseguiu vencer o analfabetismo nem resolver questões como a baixa qualidade do ensino público e a má remuneração dos professores.

A senadora citou duas decisões do Legislativo que considerou favoráveis à educação: a aprovação do piso salarial de R\$ 950 mensais e a aprovação do fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU) para a educação.



Rosalba Ciarlini

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Paulo Paim

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefe de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira
 Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
 Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Para representantes das duas categorias, a defesa coletiva dos presos poderia contribuir para diminuição das fugas e rebeliões nas penitenciárias

OAB e delegados apoiam ampliação da Defensoria

A PRECÁRIA SITUAÇÃO das prisões brasileiras, sujeitas, em alguns casos, a fugas e rebeliões, poderia melhorar com a ampliação das competências da Defensoria Pública. A ideia foi defendida ontem por vários especialistas no assunto durante audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

O debate teve como ponto de partida o projeto que altera a Lei de Execução Penal (Lei 7.210, de 11 de julho de 1984) para permitir à Defensoria Pública a prática de diversos atos – inclusive os relacionados à tutela coletiva – na fase de execução da sentença penal condenatória.

Representando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Gonçalves de Freitas Filho lembrou que há cerca de meio milhão de presos no país, sendo que a maioria não tem condições de pagar um advogado. Por isso, argumentou, a atuação da Defensoria Pública, que atende aos mais pobres, é fundamental e deve ser ampliada.

Para Sérgio Salomão Shecaira, membro do conselho consultivo do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, a ausência de assistência jurídica aos presos favorece o crime organizado, que passa, assim, a atender às demandas dos presos.

– Quando não há Estado, dá-se espaço para o crime organizado – alertou ele.

Cooptação

Na mesma linha de raciocínio, Benito Tiezzi, representante da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol), afirmou que sem essa assistência jurídica os presos são mais facilmente cooptados por organizações criminosas, “que lhes oferecem ajuda, incluindo os serviços de advogados, em troca de ‘fa-



Na audiência pública da CCJ, Carlos Weis, Décio Luiz Alonso Gomes, senador Romeu Tuma, Reinaldo Carneiro, Sérgio Salomão Shecaira e Valdir João Silveira (D)

vores’ como roubos, tráfico de drogas e homicídios”.

De acordo com Daniele de Souza Osório, chefe da Defensoria Pública da União em Mato Grosso do Sul, 90% dos presos no país são pobres e dependem de assistência jurídica gratuita. Além de reiterar que essas pessoas “estão à mercê das organizações criminosas”, enfatizou que as famílias dos presos “também estão sujeitas a esse perigo”.

Daniele alegou que as fugas e rebeliões observadas em cadeias brasileiras são resultado, entre outros motivos, das péssimas condições do sistema prisional. Por isso, sugeriu, é necessário ampliar a atuação e a estrutura das defensorias no âmbito da Lei de Execução Penal – conforme prevê o projeto de lei em questão.

Contestação

A ampliação de competências, no entanto, foi criticada pelos representantes do Ministério Público que participaram da audiência, entre eles, os promotores José Reinaldo Guimarães Carneiro, de São Paulo, e Décio Luiz Alonso Gomes, do Rio de Janeiro. Para eles, a possibilidade de a Defensoria Pública atuar com a tutela coletiva é um dos principais problemas da proposta, pois, segundo Carneiro, representaria uma “interferência desnecessária nas competências do MP”. Essa posição se assemelha à opinião do relator do projeto, senador Osmar Dias (PDT-PR), que propôs a alteração do texto visando restringir a ampliação de competências das defensorias.

– O relatório de Osmar Dias reconduz a proposta aos devi-

dos termos – avaliou Carneiro.

O diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores da República, Leonardo Cardoso de Freitas, também apoiou as modificações sugeridas por Osmar Dias. Freitas lembrou que a associação elaborou uma nota técnica na qual se sustenta que há inconstitucionalidades no projeto original, que atribui novas competências à Defensoria Pública.

Já o promotor Décio Luiz Alonso Gomes declarou que “o esvaziamento carcerário não será realizado por meio da tutela coletiva, inclusive porque a ‘apenação’ e os benefícios são individuais”.

– O que me assusta é a tentativa de disfarce do discurso, ao se dar trato coletivo a uma questão que não é coletiva – protestou ele.

Mudança de opinião

Ao final da audiência, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que Osmar Dias – que não participou da reunião – teria manifestado “a inclinação” para retirar as emendas que alteram o projeto, aumentando a competência da Defensoria Pública.

– Ele [Osmar Dias] se convenceu de que o texto anterior [às emendas] contribui para o avanço do sistema prisional do país – disse Valadares, que defende “uma maior atuação da Defensoria Pública visando à defesa dos mais pobres”.

Esse projeto de lei, de autoria do deputado federal Edmilson Valentim (PCdoB-RJ), foi aprovado na Câmara como PL 1.090/07. No Senado Federal, o texto tramita sob a forma do PLC 43/09.

Promotores alegam invasão de competência do Ministério Público

Representantes do Ministério Público criticaram, durante a audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a proposta que amplia a competência da Defensoria Pública no âmbito da Lei de Execução Penal, atribuindo ao órgão, entre outras funções, a defesa de interesses coletivos dos presos. Na reunião, que foi presidida pelo senador Romeu Tuma (PTB-SP), integrantes do MP disseram que a Defensoria Pública deve ser fortalecida para melhor atender aos presos mais pobres. No entanto, consideraram que a proposta de iniciativa da Câmara dos Deputados dá aos defensores atribuições que invadem a competência dos promotores, a exemplo da defesa de interesses coletivos dos réus. Para os promotores, essa deve ser uma atribuição específica do Ministério Público.

Já os representantes dos defensores alegaram que, para o país ter uma Defensoria Pública forte e ágil, é preciso alterar a Lei de Execução Penal,

conforme prevê o projeto original. A proposta atribui à Defensoria competência para a prática de diversos atos na fase de execução penal da condenatória, incluindo a participação de defensores nos conselhos penitenciários.

Defensoria deve cuidar apenas da assistência individual aos necessitados, afirma Décio Luiz

– Os presos mais pobres necessitam de uma Defensoria Pública forte – sustentou, por sua vez, o padre Valdir João Silveira, coordenador nacional da Pastoral Carcerária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Na sua opinião, o maior problema dos presos necessitados é o “descaso jurídico” por eles enfrentado. Valdir João Silveira observou que, muitas vezes, a maioria dos presos não sabe em que pé estão seus processos.

O relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça, senador Osmar Dias, apresentou sete emendas à proposta original, de autoria do deputado Edmilson Valentim. A primeira delas veta a inclusão da Defensoria Pública

como órgão de execução da pena. Ele entende que as atribuições dos defensores devem ficar restritas à defesa dos réus necessitados, de forma individual. Para Osmar Dias, a Defensoria Pública não dispõe de competência para defender presos e internos em nome coletivo.

Polêmica

Mesmo apontando a importância do projeto para o fortalecimento da Defensoria Pública, Décio Luiz Alonso Gomes, promotor de Justiça do Rio de Janeiro, concorda com o relator que a proposta peca ao dar aos defensores competência para atuar em causas coletivas. Para o promotor, a entidade deve exclusivamente cuidar da assistência individual aos necessitados.

Carlos Weis, defensor público de São Paulo, discordou de Décio Gomes. Para Weis, a concorrência entre Defensoria Pública e Ministério Público em nada atrapalharia o funcionamento da Justiça ou das duas entidades. A seu ver, os presídios brasileiros “são medievais e anacrônicos” e ações coletivas ajuda-

riam a minorar essa situação.

No entender de José Reinaldo Guimarães Carneiro, representante do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais, a aprovação do projeto irá criar um superorganismo que, observou, “trará maior morosidade na defesa do réu mais pobre”. Ele ressaltou que a proposta cria dois problemas graves: invade áreas restritas do Ministério Público e distancia o objetivo primordial da Defensoria Pública, que é atender de forma individual o réu necessitado. O procurador também condenou dispositivo que autoriza a retirada de presos de penitenciárias, inclusive os considerados perigosos, para ter audiências com defensores.

Já Fernando Mattos, presidente da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), disse apoiar o fortalecimento da Defensoria Pública, mas se mostrou preocupado com dispositivo constante do projeto original, retirado por emenda do relator da matéria, Osmar Dias, que dá competência à Defensoria Pública para fiscalizar a emissão anual do atestado de pena a cumprir.

Parlamentares defendem projetos em favor dos idosos

Apelos pela aprovação, na Câmara, de propostas sobre reajuste de aposentadorias dominam sessão do Congresso

APELOS À APROVAÇÃO de projetos que beneficiam os idosos já acolhidos pelo Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados dominaram os debates durante sessão do Congresso, ontem, em homenagem ao Dia Nacional e Internacional do Idoso (1º de outubro). Os parlamentares também defenderam maior valorização dos idosos, atenção à saúde e um reajuste digno das aposentadorias e pensões. A sessão também comemorou os 24 anos de fundação da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap). Autor, pelo Senado, do requerimento de realização da sessão conjunta, Paulo Paim (PT-RS) disse considerar os idosos “a maior força política desse país”. Ele defendeu modificações na destinação de recursos para a Seguridade Social, como a eliminação da Desvinculação das Receitas da União (DRU) sobre a área, pediu o fim do fator previdenciário (PL 3299/08) e sugeriu que recursos oriundos da exploração do petróleo do pré-sal sejam destinados à área social.

O presidente do Senado, José Sarney, que presidiu a sessão, elogiou a aprovação de medidas como a que originou o Estatuto do Idoso, mas lembrou ainda ser necessário “avançar em termos de direitos dos idosos” e defendeu atenção permanente.

Também participaram da sessão os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Cristovam Buarque (PDT-DF), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Mão Santa (PSC-PI) e os deputados Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Rebecca Garcia (PP-AM), Cleber Verde (PRB-MA), Marcelo Ortiz (PV-SP) e Marçal Filho (PMDB-MS), além dos presidentes da Cobap, Warley Martins, e do Instituto Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap), Edison Guilherme Haubert.



À mesa, senadores Mão Santa (E) e Paulo Paim e deputado Arnaldo Faria de Sá



Sessão solene comemorativa do Dia do Idoso e do 24º aniversário da Cobap



No Plenário, aposentados se manifestam pelo fim do fator previdenciário

JOSÉ SARNEY

O presidente do Senado, José Sarney, cobrou do Estado e da sociedade tratamento digno para os aposentados e pensionistas brasileiros. Sarney disse que o momento é de reflexão e de reconhecimento por tudo o que os idosos já realizaram em favor do país.

O senador lembrou conquistas alcançadas pelos idosos durante o período em que foi presidente da República (1995-1990). Citou, por exemplo, a extensão da proteção à saúde para o trabalhador rural e para os não contribuintes da previdência social.

Também mencionou a equiparação dos direitos previdenciários entre trabalhadores rurais e urbanos e a garantia de renda mensal vitalícia de um salário mínimo para todos os brasileiros idosos sem condições de sustentar suas famílias.

– Hoje, o número de idosos sob a proteção previdenciária alcança 80% da população idosa, recebendo um salário mínimo mensal.

CRISTOVAM BUARQUE

Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu aos participantes da sessão que incluíssem entre suas bandeiras a luta por educação integral e de qualidade com o mesmo padrão para todas as crianças brasileiras, pobres ou ricas. Ele disse que o apelo poderia soar estranho numa sessão de homenagem aos que estão em idade mais avançada, mas justificou que somente com essa conquista o Brasil do futuro não verá seus aposentados com os mesmos problemas que os atuais enfrentam.

– Se não cuidarmos da educação das crianças de hoje, os mesmos problemas estarão se repetindo – alertou.

O senador narrou diálogo mantido com um homem idoso em uma de suas viagens pelo Nordeste. Segundo Cristovam, o homem disse que não ia bem e justificou que seu problema era não ter o direito de morrer. Isso porque, na condição de aposentado, ele era o único a ter renda para manter toda a família.

MÃO SANTA

Mão Santa (PSC-PI) afirmou que se sente envergonhado porque o Congresso não derubou o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto que corrigia em 16% as perdas salariais dos idosos.

– Lula roubou os velhinhos aposentados. No Legislativo e no Poder Judiciário, é preciso aprender que justiça tardia é injustiça manifesta, e é isso que estamos fazendo – disse.

O senador citou frase do ex-presidente Juscelino Kubitschek: “A velhice é triste, mas desamparada é uma desgraça” e fez um apelo para que Lula se inspire no exemplo de JK.

– Os nossos avós, eles sonharam, eles trabalharam, eles acreditaram no governo, eles pagaram a conta para ter um final feliz e com dignidade, para poder educar os filhos e os netos. E nós roubamos os nossos avós – disse o parlamentar, referindo-se ao fator previdenciário, que reduz o valor das aposentadorias.

LÚCIA VÂNIA

Lúcia Vânia (PSDB-GO) ressaltou a necessidade de a Câmara dos Deputados aprovar ainda este ano três proposições enviadas pelo Senado àquela Casa, beneficiando os aposentados: o fim do fator previdenciário, a equiparação dos reajustes de aposentadorias aos do salário mínimo e a recomposição das aposentadorias.

– Estamos coesos nessa luta em favor da recuperação salarial das pessoas idosas. É uma luta que deveria ser bonita e solidária. No entanto, são anos e anos batendo na mesma tecla e, dificilmente, somos ouvidos pelos que têm condições de por um ponto final – afirmou a senadora.

Lúcia Vânia destacou a importância do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), originário de projeto de Paulo Paim, afirmando ser um marco regulatório que deve ser seguido em todo o país. Segundo lembrou, o estatuto institui penas severas para quem desprezitar ou abandonar cidadãos de terceira idade.

ROSALBA CIARLINI

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) afirmou que o Brasil só será um país justo quando garantir aposentadoria justa a todos os que contribuíram para construir a nação. Ela criticou o fator previdenciário – mecanismo que reduz o valor das aposentadorias solicitadas por tempo de serviço antes da idade mínima – e a defasagem dos valores pagos a quem se aposentou ganhando mais de um salário mínimo. Projetos sobre esses pontos já foram aprovados no Senado e aguardam decisão da Câmara dos Deputados.

A senadora, que preside a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), aproveitou para propor ao vice-presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), um mutirão para acelerar a votação de todos os projetos que promovem benefícios para os idosos. Rosalba ponderou que muitos desses projetos seriam dispensáveis se as aposentadorias fossem corrigidas de maneira justa.

FLEXA RIBEIRO

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que é preciso resgatar a dignidade dos aposentados e pensionistas. O senador defendeu a aprovação das propostas em tramitação no Congresso que acabam com o fator previdenciário e recuperam a defasagem salarial das aposentadorias.

O parlamentar assinalou que é preciso conscientizar a população e principalmente o governo da importância da valorização das pessoas da terceira idade. O Estado, segundo Flexa Ribeiro, tem a obrigação de adequar suas políticas públicas para contemplar as necessidades dos idosos.

– A maior homenagem que poderíamos prestar ao aposentado e ao pensionista é concluirmos a votação dos dois projetos do senador Paulo Paim que visam resgatar o direito fundamental de o valor da aposentadoria ser compatível com o salário da ativa – afirmou.

PAULO PAIM

Paulo Paim (PT-RS) reiterou apelo para que a Câmara dos Deputados vote o mais urgentemente possível projetos já aprovados pelo Senado que concedem benefícios aos aposentados. Um dos projetos garante às aposentadorias o mesmo percentual de reajuste dado ao salário mínimo; outro determina o fim do fator previdenciário incidente sobre o cálculo das aposentadorias; e um terceiro prevê a recomposição das aposentadorias, equiparando-as ao mesmo número de salários mínimos da data de sua concessão.

– É chegado o momento do basta. Se não houver acordo, vamos para o voto – defendeu. De acordo com Paim, se for mantida a coerência partidária, os partidos que votaram no Senado a favor das matérias farão o mesmo na Câmara. Ele criticou proposta incluída na Reforma Tributária em discussão na Câmara que retira R\$ 20 bilhões dos pagamentos realizados pelas empresas para a Previdência.

WARLEY MARTINS

O presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martins Gonçalves, afirmou que os idosos têm muito pouco a comemorar. O que os aposentados reivindicam, destacou, é a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto que concede às aposentadorias reajuste igual ao do salário mínimo (PL 001/07).

– Se os líderes que não querem colocar a matéria em votação e pensam que nós estamos cansados, eles estão muito enganados, porque nós estamos muito vivos e vamos continuar lutando para conseguir a votação – afirmou.

Ele informou que a Cobap, juntamente com federações e associações de aposentados, está colhendo assinaturas dos líderes na Câmara para que o projeto seja votado assim que destrancada a pauta daquela Casa. Caso a matéria não seja aprovada, alertou, os aposentados farão greve de fome.